

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.444 - RS (2019/0238488-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
REFER
ADVOGADOS : FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
NADINE MARCELA WAGNER LUCCA - RS068886
AGRAVADO : MARCO POLO DA LUZ MARTINS
AGRAVADO : MAURO ADALBERTO LOPES DUTRA
AGRAVADO : EUCLIDES FERNANDO FERREIRA ROSA
AGRAVADO : ANTONIO RUBENS PACHECO VAZ
ADVOGADO : HÉLIO CHAVES PEREIRA E OUTRO(S) - RS018287

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. DECISÃO QUE HOMOLOGOU OS CÁLCULOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Ação de complementação de reserva de poupança, em fase de liquidação de sentença por arbitramento, na qual foi proferida decisão que homologou os cálculos. 2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração. 3. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL REFER, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na(s) alínea(s) "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 03/07/2019.

Concluso ao gabinete em: 16/09/2019.

Ação: complementação de reserva de poupança, em fase de liquidação de sentença por arbitramento, ajuizada por ANTONIO RUBENS PACHECO VAZ e OUTROS, em face da agravante.

Decisão interlocutória: homologou os cálculos, reconhecendo em favor dos agravados saldo credor no montante total de R\$ 47.470,62.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO. OS CÁLCULOS DE FLS. 698/719 E 769 HOMOLOGADOS PELO JUÍZO DE ORIGEM EFETIVAMENTE COMPREENDEM OS VALORES DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS REALIZADOS NO CURSO DO FEITO EXECUTIVO, APONTANDO DIFERENÇA RELATIVA À DEDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INCIDENTES.

Agravo de instrumento desprovido.

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação do art. 1.022, II, do CPC/15. Sustenta que o acórdão recorrido foi omissivo quanto aos documentos que comprovam os valores recebidos pelos agravados a título de resgate de reserva de poupança antes do ajuizamento da ação e quanto ao cômputo de honorários de 20% sobre o valor total recebido, inclusive sobre aqueles adimplidos antes do ajuizamento da ação.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

O TJ/RS foi claro ao concluir que não verificou o apontado equívoco no cálculo liquidatório. Fundamentou que os cálculos homologados pelo juízo de origem efetivamente compreendem os valores dos depósitos judiciais realizados no curso do feito executivo, apontando diferença relativa à dedução dos honorários advocatícios incidentes, conforme esclarecido pelo perito.

Dessa maneira, no acórdão recorrido não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela

parte (AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora